

Estratégia da arrogância

O presidente José Sarney deveria prestar a devida atenção às palavras do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que recomenda ao Brasil abandonar a retórica agressiva na negociação com os bancos credores e com o Fundo Monetário Internacional. Ex-ministro da Fazenda e conhecedor dos bastidores das finanças internacionais, o professor Mário Henrique Simonsen sabe bem que não será com veladas ameaças que se convencerão os dirigentes dos bancos estrangeiros a aceitar imposições do governo brasileiro para saldar os compromissos da dívida externa. A mudança de retórica não significa abrir mão de princípios que a boa doutrina diria inegociáveis; traduziria, tão-só, a capacidade do governo brasileiro de avaliar situações e saber alterar um discurso que a nada conduz, a não ser a maior sofrimento do povo e maior concentração de poderes na mão do Estado, frustrando o projeto de construção de uma sociedade livre e aberta.

Ao risco de nos repetirmos, cremos conveniente repisar no fato de que as posições que vimos defendendo desde que as fúrias se desataram na crise cambial de 1982 são, talvez, até mais rigorosas do que as teses sustentadas pelo grupo que dirige a política econômica do Brasil. Sempre criticamos o governo norte-americano por ter imposto ao sistema financeiro internacional o ucasse pelo qual o dólar, não mais tendo seu valor referido ao ouro, passou a ser *de facto* a moeda de trocas internacional; sempre apontamos o déficit público norte-americano como uma das causas da inflação nos Estados Unidos e dos juros altos, provocando a crise no sistema financeiro internacional, a qual afeta o Brasil diretamente; sempre levantamos nossa voz para mostrar, muito antes que o governo Sarney o fizesse, quão iníqua era a situação de países em desenvolvimento, como o Brasil, haverem-se transformado em exportadores líquidos de capitais, contribuindo assim para suavizar o problema do balanço de pagamentos dos países industrializados, especialmente o dos Estados Unidos.

Esses são fatos que nem os economistas nem os altos funcionários do governo norte-americano podem negar. Da mesma maneira como não se

pode contestar a evidência de que a transferência de cerca de 4,5% do PIB brasileiro para o Exterior a título de pagamento dos serviços da dívida externa impõe severas limitações ao crescimento econômico interno, adiando não se sabe para quando a incorporação das grandes massas sofridas à sociedade de consumo. Daí, porém, a adotar-se estratégia agressiva contra os credores, desejando impor-lhes condições para que o Brasil possa honrar seus compromissos, vai passo muito largo, tanto maior quanto é componente dessa estratégia o confronto gratuito com o FMI.

Na verdade, o cerne da questão do entendimento com os bancos credores e com o Clube de Paris (em última instância com os governos da OCDE) reside num fato político brasileiro, de cunho apenas e exclusivamente interno: para marcar separação definitiva entre o governo da Nova República e os governos militares, o presidente José Sarney decidiu que seu governo não faria acordos com o Fundo Monetário Internacional, pois a dívida externa não pode ser paga com a miséria do povo. Não cabe entrar na análise do conteúdo de realidade que essa posição encerra; bastar-nos-emos com acentuar, uma vez mais, que ela decorre de uma opção política, a qual não é de forma alguma aquela que convém ao projeto de sociedade aberta e democrática que se pretendeu construir quando a Nação juntou forças para eleger Tancredo Neves.

O documento que *O Estado* e o *JT* obtiveram em Brasília, e que publicamos em nossa edição de ontem sob o título "Dívida pode ser tema de propaganda oficial", espelha com clareza o viés ideológico a que nos referimos, o qual está conduzindo as negociações do governo brasileiro com seus credores a um *impasse*. Que se diz nesse documento? Que o governo deve estimular os sentimentos nacionalistas do povo brasileiro para fazer pressão sobre os bancos credores e os países industrializados, de tal forma que eles concordem com os termos das posições brasileiras. Concordem por quê? Ou com medo do quê? Essa é a questão que se deve colocar antes que o Executivo enverede por essa via demagógica e altamente lesiva à coesão nacional e aos interesses brasileiros.

Quando o documento faz menção ao fato de que se deve negociar a partir de uma posição de força (respeito à soberania e não à recessão) insinua que o FMI viola a soberania nacional — então, deveria explicar à Nação por que continua membro dessa instituição, à qual a União Soviética vem fazendo acenos para nela ingressar. Depois, querer transformar o Grupo de Cartagena em foro de uma nova ação *declamatória* (afinal, quem usa a retórica é mero declamador), enquanto o Brasil negocia sozinho, é agravar as tensões entre a América do Sul e os Estados Unidos, além de imaginar que os governos dos países latino-americanos não são lúcidos o suficiente para perceber que o Brasil poderá estar-se servindo deles, no Grupo de Cartagena, para receber melhor tratamento dos Estados Unidos. Posição falsa, vê-se, do princípio ao fim.

Enquanto o Executivo se mantém nos limites dos números, mostrando as enormidades a que a crise do sistema financeiro e econômico mundial está sujeitando nações como o Brasil, não se pode deixar de reconhecer a justeza da causa que defende; quando, porém, se lança a exercícios demagógicos, de estratégia de café da margem esquerda do Sena para intimidar os Estados Unidos e o sistema financeiro internacional, não só dá pena, como provoca reação à altura.

Para que o documento "Alternativas de opinião pública" reproduzisse fielmente a mentalidade predominante entre seus redatores e assessores do presidente, faltaria acrescentar que a nova estratégia do Brasil se serviria do reatamento com Cuba para pressionar a Casa Branca, e faria apelo ao camarada Gorbachev para que desse uma ajuda à luta do governo brasileiro contra o "imperialismo norte-americano".

Sem abusar da retórica, sem *declamar* coisa alguma, o México conseguiu renegociar sua dívida pagando *spread* baixo — que é o que o Brasil deseja. Bastou, simplesmente, mostrar ao FMI quais os limites suportáveis pela economia mexicana, dentro dos parâmetros (hoje amplos) do Fundo. O governo brasileiro, inspirado no nacionalismo e pensando nas eleições de novembro, pretende nada ceder em sua arrogância. Resta saber até quando e a que preço para o povo brasileiro.